

# Só falta acordo sobre terra produtiva



Caiado (D), com o Centrão, denuncia adiamento da votação como manobra dos perdedores

## Caiado não gosta de adiamento

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Não se pode menosprezar o poder político dos produtores rurais. Temos condições de inviabilizar a candidatura dos que votarem a favor da desapropriação das terras produtivas", ameaçou ontem o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, ao deixar o Congresso Nacional disposto a continuar negociando com as lideranças dos diversos partidos o único item da reforma agrária que não teve acordo: a possibilidade ou não de desapropriação de propriedades produtivas para reforma agrária.

Nervoso, Caiado denunciou o adiamento da votação para hoje à tarde como uma manobra da minoria. "Sentiram que não têm com quem defender suas teses", proclamou o líder da UDR, ao considerar precipitada a decisão de Ulysses Guimarães de encerrar os trabalhos da Constituinte por volta das 18 horas por falta de acordo entre as partes. No entender de Ronaldo Caiado, não havia mais nada a discutir: "Com três votações concluíram o capítulo da reforma agrária ontem mesmo".

As lideranças sindicais e os partidos que apoiam os trabalhadores rurais também estão dispostos a continuar a luta pela "verdadeira reforma agrária", caso saiam derrotados hoje do plenário. Estão programados atos públicos de protesto e mobilização nas bases eleitorais dos constituintes, afirmaram líderes da Contag e CUT.

**MOBILIZAÇÃO**

Nas galerias e salões que dão

acesso ao plenário da Constituinte poucos sindicalistas estiveram presentes, ontem. A UDR, ao contrário, obteve a maioria das senhas disponíveis na cota dos parlamentares. Francisco Urbano, tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), denunciou, revoltado, as dificuldades dos sindicalistas até para chegar ao gabinete do deputado Ulysses Guimarães, com quem tinham audiência marcada. Só conseguiram chegar ao local com a interferência de cinco parlamentares do PT, PMDB e PCB.

Enquanto a UDR mobilizou mais de quatro mil associados, divididos em grupos, para pressionar de perto os constituintes a aprovar o texto da reforma agrária do Centrão, a linha de frente da Contag dentro do Congresso Nacional não ultrapassou 100 lobistas. Nenhum dos dois lados pretendia promover qualquer ato público coletivo, pois estão proibidas passeatas na Esplanada dos Ministérios.

Assim, tanto os empresários rurais como as entidades que apoiam os trabalhadores rurais travaram nos últimos dias duas batalhas no contato direto com os constituintes em seus gabinetes de trabalho, no anexo da Câmara dos Deputados e no Senado. Cerca de três mil associados da UDR, segundo a entidade, continuaram em seus Estados em vigilância permanente junto às bases eleitorais dos parlamentares. Pelo menos cinco aviões e um número indefinido de ônibus foram colocados à disposição dos constituintes pela UDR, para garantir suas presenças em plenário. Os lobistas

da UDR que foram a Brasília se rezevaram ontem dentro do Congresso Nacional em grupos de três a quatro por parlamentar. Desde segunda-feira eles conversaram com mais de 300 constituintes, admitiram membros do Centrão.

**ERRO DE CÁLCULO**

"O que tínhamos a fazer já foi feito. Agora é esperar e contar com a sorte", resignava-se o secretário-geral da Contag, André Montalvão da Silva. Ele disse que o movimento sindical está sem dinheiro para fazer mobilização de massa, explicando que, por um erro de cálculo, a entidade concentrou todos os esforços e dinheiro ano passado, certa de que a Constituinte seria aprovada no final de 87. Situação diferente é a da UDR, que, além de dinheiro, tem a disposição dentro do Congresso Nacional a bem montada estrutura do Centrão.

"Considero impossível confrontar os pés-de-chinelo com os milionários da terra", ressaltou André Montalvão. Dessa forma, a estratégia dos trabalhadores rurais concentrou-se nas bases eleitorais, convencidos que "uma história é brincar de parlamentar milionário, outra é eleger-se nas próximas eleições".

Enquanto a UDR distribuía aos constituintes um livreto ilustrado com desapropriações de terras produtivas, as entidades que apoiam os trabalhadores rurais denunciavam a violência no campo num painel de fotografias colocado na entrada da Câmara dos Deputados, na tentativa de sensibilizar os constituintes para suas posições.

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Após nove horas de intensas negociações, o Centrão e as esquerdas suspenderam ontem as reuniões para se chegar a um acordo sobre a questão da reforma agrária na futura Constituição. Um novo encontro está marcado para as 9 horas de hoje, no gabinete do senador Mário Covas.

O impasse persiste na desapropriação da propriedade produtiva. O Centrão não admite que a propriedade produtiva seja desapropriada. A esquerda acha que ela deve ser desapropriada se não estiver cumprindo sua função social, ou seja, se não atender simultaneamente os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, preservação do meio ambiente e não degradação dos recursos minerais, e observância das disposições que regulam as relações de trabalho, e que a exploração favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Os dois lados acham difícil um consenso sobre esse ponto e a expectativa é de que o capítulo entre hoje em votação com os pontos acordados e que, nos itens onde não houve entendimento, a definição fique para o plenário. "Fizemos um acordo sobre o texto quase todo e não vamos abrir mão de garantir que a propriedade produtiva esteja livre da possibilidade de desapropriação", disse o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão. Ele justificou a sua tese dizendo: "Se você tem um automóvel e comete um delito, pode até ser preso por isso, mas nunca vai perder o direito de propriedade do seu carro". A sua proposta é de que um acordo seja feito sobre o texto, com exceção da propriedade produtiva, que deverá ser definida em voto.

O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos negociadores da

esquerda, acha que não há mais o que ceder e que se eles acatarem o desejo do Centrão "não haverá reforma agrária no País e será muito difícil segurar o conflito no campo". Ele disse ainda estar surpreso com o quanto a esquerda cedeu.

As reuniões foram muito tensas e acompanhadas de perto pelos líderes das duas correntes, em proporções bastante desiguais. A União Democrática Ruralista (UDR) contava com cerca de cem empresários rurais no auditório ao lado da sala onde estavam sendo realizadas as reuniões, liderados por Ronaldo Caiado, seu presidente, e pelo presidente da Sociedade Ruralista Brasileira, Flávio Telles. Na antecâmara das discussões, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) com apenas seis representantes, entre eles o seu presidente, José Francisco da Silva, também tentava participar das negociações. José Francisco acabou entrando para a sala de reunião, onde passou mais de duas horas, o que provocou irritação nos líderes da UDR. Por várias vezes, os parlamentares que representam os dois lados deixavam a sala de reunião para consultar os lobistas e voltavam com o aval das suas bases para prosseguirem ou não as negociações.

Durante o dia foram realizadas cinco reuniões para se tentar chegar a um consenso: três pela manhã e duas à tarde. No início da tarde foram fechados alguns pontos. Primeiro ficou acertado que a garantia do direito de propriedade seria mesmo excluído do texto e que a função social estará cumprida quando a propriedade atender simultaneamente aos quatro requisitos já mencionados, segundo critérios e graus estabelecidos em lei. Acertaram ainda que seria desapropriado o imóvel que não estiver cumprindo função social, mediante prévia e justa in-

denização em títulos da dívida agrária, fixadas conforme a lei. Este era o texto que o Centrão queria. Em troca, a esquerda conseguiu que apenas as benfeitorias "úteis e necessárias" serão indenizadas em dinheiro. Fez parte do acordo também a eliminação do artigo que previa a realização de um processo administrativo, fundamentado em vistoria do imóvel rural, com a participação do proprietário, para a reforma agrária. O usucapão após cinco anos de ocupação efetiva da terra também foi objeto de acordo.

O acordo emperrou quando estavam sendo negociados os pontos insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Neste momento, a reunião foi interrompida para consultas individuais.

Os dois lados concordavam que os pequenos e médios imóveis rurais, assim definidos em lei, não podem ser desapropriados desde que seu proprietário não possua outro. O segundo item responsável pela suspensão das negociações prevê, de acordo com a proposta do Centrão, que também são insuscetíveis de desapropriação as propriedades produtivas. A esquerda aceita este texto desde que só serão insuscetíveis de desapropriação as propriedades produtivas "que cumpram função social". Mais uma vez o Centrão aceitava, desde que fosse acrescentado um outro senão, "nos termos da lei". Dessa forma, o texto ficaria: não podem ser desapropriadas as propriedades produtivas que cumpram função social, nos termos da lei. A esquerda não aceitou e voltou-se à estaca zero das negociações. Caso seja acertada a aprovação do texto base do Centrão, que prevê que a propriedade produtiva não pode ser desapropriada, a esquerda já tem um destaque de votação em separado para retirá-lo do texto.

## Pinga-fogo dura mais de 3 horas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A falta de acordo entre os líderes partidários na Constituinte sobre o capítulo da reforma agrária transformou a sessão de ontem da Assembleia num longo pinga-fogo. Dezenas de parlamentares se rezevaram na tribuna para tratar de temas regionais, municipais, e em alguns casos, para analisar o tema da reforma agrária, que deverá ser decidido no plenário provavelmente hoje.

O pinga-fogo, que geralmente dura de meia a uma hora, começou a partir das 14h30 e prolongou-se até perto das 18 horas, quando o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, chegou ao plenário — onde geralmente está desde as 15 horas —, pressionando os constituintes a comparecerem para votar.

Ulysses Guimarães anunciou a falta de acordo, que, segundo ele,

dependia apenas de um ponto não negociado até então, e marcou outra sessão da Constituinte para hoje às 14h30. Ulysses espera conseguir votar a emenda coletiva do Centrão sobre reforma agrária, pois ela tem prioridade sobre as demais por ser emenda coletiva com mais de 280 assinaturas.

**Debate sobre tudo**

No período destinado ao pinga-fogo, o primeiro orador, o deputado Paulo Marques (PFL-PE), fez uma reclamação ao Banco Central pelo horário bancário de Caruaru (PE), que é das 8 às 14 horas. O senador Mário Maia (PDT-AC) saudou a passagem do dia do taquígrafo, ressaltando a colaboração que a classe dá à Constituinte, aos parlamentares e aos jornalistas, enquanto o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) garantiu que não houve violação no gabinete do senador Carlos Charelli (PFL-RS), relator da CPI da corrupção: "Todas as informações do

senador não passaram de uma piada", disse.

O deputado José Elias Murad (PTB-MG) ocupou a tribuna para atacar e defender o ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, segundo ele mesmo anunciou: "Atacar, pelo seu decreto congelando a URP do funcionalismo, e defender, porque, no episódio de envolvimento do filho do ministro num flagrante de maconha, no sábado, no setor comercial de Brasília, com mais três companheiros, o ministro em nenhum momento fez pressão sobre a polícia, considerando que a ação da polícia serviria de exemplo para seu filho e seus companheiros".

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) criticou o presidente José Sarney por suas declarações sobre controle da natalidade e afirmou que o presidente mostrou-se despreparado, "fazendo afirmações levianas, confundindo controle familiar com limitação fascista do número de filhos".

# Denunciado sindicalismo de negócios

JOSÉ NEUMANNE PINTO

A nova Constituição dá aos sindicatos brasileiros um poder que nenhum outro país do mundo conhece. Esse poder não foi pedido pelos sindicalistas, mas concedido graças à pressão e ao lobby de "pelegos patronais", definição de dirigentes confederativos como o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco. Estas denúncias foram feitas ontem ao Estado por um dos mais respeitados especialistas em sindicalismo no Brasil, o professor Aloysio Azevedo, sociólogo da USP e consultor dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricistas de São Paulo.

Ao comentar a mesa-redonda publicada domingo pelo Estado e pelo Globo, a respeito do texto constitucional sobre a organização dos sindicatos e o direito dos trabalhadores, Azevedo previu que serão criadas centrais sindicais muito fortes, pelas quais passará a política — e não pelos partidos, como previu o deputado Guilherme Afif Domingos. De acordo com o sociólogo, inspirador e principal ideólogo do chamado "sindicalismo de resultados", já existe no Brasil um "sindicalismo de negócios", com tintas de marginalidade, a exemplo daquele que foi denunciado no filme *Sindicato de Ladrões*, de Elia Kazan, com Marlon Brando. É o praticado no Sindicato

dos Metalúrgicos de Santo André, da CUT.

**PODER SINDICAL**

O professor Leônicio Martins Rodrigues previu a exacerbação do conflito trabalhista, com a promulgação da nova Constituição. O senhor concorda?

A participação do professor Leônicio na mesa-redonda do Estado e do Globo mostrou, para mim, como é difícil a passagem do trotskismo para o liberalismo radical. Exige uma maturação enorme. A experiência no sindicalismo mostrou justamente o contrário: o que exacerba o conflito trabalhista não é a liberdade, mas a limitação legal. O trabalhador parte para a greve com mais facilidade justamente quando se sente menos responsável, ou seja, quando a Justiça pode decidir por ele. Um sem-número de greves foi decretado no Brasil por conta disso. Quanto à falta de um controle sobre atividades essenciais da economia, é lógico que essencial é o trabalho, com o qual o trabalhador sustenta sua família.

O deputado petista Luís Gushiken prevê a greve selvagem. É possível?

O trabalhador é extremamente responsável e, por isso, não há razão para se temer a eclosão de greves selvagens, um tipo de movimento social tipicamente argentino, como lembra no debate o deputado Ro-

berto Freire (PCB-PE). O tipo de greve mais parecido, ao estilo brasileiro, é a chamada "greve burra", como aquela de São Bernardo pela estabilidade, que durou 41 dias, e outra, também em São Bernardo, reivindicando 40 horas semanais de jornada de trabalho. Por que burras? Ora, na primeira, as lideranças radicais do ABC tentaram implantar o socialismo no Brasil com uma só greve, feita por um só sindicato, o que é evidentemente impossível. Na segunda, as mesmas lideranças tentaram contestar a economia de mercado, sem levar em conta que a base dos metalúrgicos do ABC trabalha em grandes montadoras e empresas de fundo de quintal. Num e noutro caso, as derrotas foram inevitáveis e os trabalhadores pagaram pelos dias parados. Nesses casos, a militância radical entra em desespero e limita procedimentos de greve selvagem. Exemplos disso foram os réis da GM em São José dos Campos e a proposta de Meneguelli de estragar os produtos montados pela indústria automobilística. Não é a greve que fica selvagem, mas a militância se torna selvagem pelo desespero. Esta é a justificativa do "cambalacho". Não tem muito a ver com as ações selvagens cometidas pela massa, tal como acontece na Argentina. No Brasil, as greves têm sido muito ordeiras. Como gostava de dizer o professor San Thiago Dantas, o problema do Brasil é a má quali-

dade das elites. O povo é ótimo. A História do Brasil mostra que o povo se comporta com bom senso, prudência e temperança. Portanto, não acho que se justifique a preocupação do deputado Gushiken.

Mas o senhor concorda com o professor Leônicio que os sindicatos ganharam um enorme poder com a nova Constituição?

Se o texto aprovado em plenário em primeiro turno vigorar após o segundo turno, os sindicatos operários terão um poder desconhecido em qualquer país do mundo. Nós nem sonhávamos que conseguiríamos isso. Quando o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) nos convidou para depor na Comissão de Sistematização, aparecemos com uma proposta avançada, mas que se mostrou trunfo demais diante do que foi dado. Era uma proposta de segurança mínima de emprego, garantido por uma multa progressiva para demissões, e uma estrutura unicista para os sindicatos, mas flexível, permitindo uma certa pluralidade. Os sindicatos seriam únicos na base, mas os pactos acima do chamado primeiro grau seriam livres. Num país como este, no qual os empresários são selvagens e a elite é despreparada, é fundamental dar certo poder aos sindicatos. E nós pedimos isso. Mas tenho de confessar que o poder concedido nos surpreendeu, por criar uma estrutura ímpar no mundo, um poder jamais visto, até por-

que a unicidade não se aplica só às bases, mas passou a ser vertical.

A Constituição, então, dá mesmo poder aos burocratas sindicais?

Este é o maior engano de Leônicio e Gushiken no debate. Uma leitura atenta do texto constitucional mostra que está sendo dado um poder extraordinário à assembleia dos trabalhadores. O próprio sistema confederativo passa a depender das decisões da base. Assim, o sindicalismo será muito mais representativo do que o atual. Hoje, as confederações são formadas apenas pelas federações. A nova Confederação dos Metalúrgicos, presidida por Luis Antônio Medeiros, é um exemplo do que vai acontecer: os sindicatos, e não mais as federações, mandando nas confederações.

E nadarão em dinheiro, como denunciou o professor Leônicio?

Sim, porque a Constituição garante duas linhas de recursos: o imposto sindical e a contribuição assistencial. Por conta disso, as confederações serão poderosíssimas e unidas. No Brasil, o trabalhador deixou de ser semi-servi, mas é um abandonado. Só que livre, exigente e muito independente. Seria preocupante esse poder dos sindicatos e das confederações, um elemento de dificuldade, se o trabalhador não desse, como tem dado, grandes demonstrações de responsabilidade. Além disso, num país carente de

Instituições como o nosso, é indispensável que tais sindicatos, fortíssimos, ocupem o vazio das instituições. O deputado Afif Domingos está certo: a política passará pelos sindicatos e não pelos partidos. Mas, afinal, numa democracia, a política tem de passar por algum lugar, para não se diluir e se transformar numa ditadura.

Não há o risco da ditadura dos sindicatos, uma república sindical?

Não. Os sindicatos só perderão sua força quando o estado de direito se implantar definitivamente no Brasil. Basta ver a Europa e os Estados Unidos, onde o sindicalismo perdeu sua força porque os trabalhadores têm seu direito assegurado pelas garantias que a sociedade lhes dá fora do sindicato. O sindicato organiza a dignidade profissional dentro da empresa, que organiza a qualificação profissional para a produção. Mas, reconheço, é um instrumento muito primitivo. Só que, num país como o Brasil, onde não se realiza o estado de direito, ele é a única garantia de cidadania que o trabalhador tem. Quando o Brasil chegar à liberal-democracia e o trabalhador atingir seu pleno direito, as normas atingirão a empresa e o sindicato será menos exigido. O enfraquecimento do sindicato só virá do desenvolvimento político do Brasil na direção da liberal-democracia.



André Donck - 108/87

Azevedo reconhece que centrais sindicais serão poderosíssimas e muito ricas

## "Albano é um pelego patronal"

Professor Aloysio Azevedo, se vocês não pediram tanto poder, como ele lhes foi concedido pela Constituinte?

Nós propusemos menos poder e o PT não propôs nada, pois nem sequer lutou por sua proposta clássica de autonomia e pluralismo, baseada na convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, influiu muito pouco, por estar fraco politicamente. A unicidade foi aprovada graças ao lobby da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ou seja, o inimigo lhes deu tudo?

Veja bem: eu pensei muito sobre o assunto e acho que a explicação pode estar nas grandes diferenças existentes entre um líder empresarial como Mário Amato e outro como Albano Franco. O presidente da Fiesp fez a fortuna dele, enquanto o sergipano é um herdeiro. Amigos meus de Sergipe me contam que a liderança do pai dele, Augusto Franco, é tão grande que o velho decide até a marca do carro que o filho usa. Então, sem liderança própria, nem na família, Albano precisa da CNI como única máquina de se afirmar e fazer política. Como empresário, ele é apenas relativamente capaz. Como dirigente sindical, ouve uma assessoria cooptada dos lugares mais exóticos. O paradoxo de

a CNI dar tanto poder aos sindicatos operários só pode ser explicado por esses argumentos. A estabilidade dele depende da força da estrutura corporativa sobre a força das empresas em si. Trata-se de uma distorção da vontade empresarial. Somos gratos, muito gratos a ele, mas temos de reconhecer que Albano Franco é um pelego empresarial. A sorte dele é que nós sabemos nos comportar.

A omissão do PT foi outro assunto debatido na mesa-redonda. Qual é sua opinião a respeito?

Acho que a omissão do PT pode ser explicada pelo conflito entre o PT e a CUT. O pluralismo é uma proposta histórica do PT, mas, hoje, do ponto de vista econômico, a CUT é que controla o PT e a CUT depende do imposto sindical para viver. Aliás, o complexo PT-CUT tem uma série de comportamentos contraditórios que precisam ser explicados. De um lado, há o sindicalismo ideológico ou contestador, basicamente leninista. Esses sindicalistas encaram o sindicato como uma escola de revolução. Mas uma central que vive da contribuição sindical de cinco milhões de trabalhadores tem também o outro lado da moeda: o sindicalismo de negócios, que eles chamam de sindicalismo de conquistas.

De que se trata?

Veja bem: enquanto o sindical-

ismo ideológico tem o lado pesado, violento, do FCBR, o sindicalismo de negócios tem seu lado marginal, mafioso, ao estilo americano, daquele filme *Sindicato de Ladrões*. Este tipo de sindicalismo manda num sindicato forte, o dos Metalúrgicos de Santo André, controlado por um líder sagaz, de grande vocação política, Miguel Rupp, que é um marginal, com passagens pela polícia. O próprio PT o vê com cuidado. É sintomático que esse tipo de sindicalismo surja agora, no momento em que a empresa quebra a espinha do sindicalismo no ABC. Com as greves burras de São Bernardo, os metalúrgicos do ABC têm tido acordos coletivos melancólicos. Em 85 e 86, ficaram sem acordo e perderam direitos. Em 87 e 88, a Fiesp deu a mão ao afogado, para salvar a face. A verdade é que o empresário controla os sindicatos em São Bernardo e Santo André. O de Santo André ainda é menos representativo, pois é dependente do empresário e do sindicato de São Bernardo, não tem personalidade. Quando uma dissidência do próprio PT tentou enfrentar a liderança de Miguel Rupp, nas últimas eleições em Santo André, foi esmagada pela participação efetiva da empresa mais competente e líder do setor em Santo André, a Cofap. É isso que chamo, sem medo de errar, de sindicalismo de negócios.